

ANMP NOTÍCIAS

BOLETIM ANMP | MENSAL | Nº169 | MAIO DE 2008



O ESTADO DE DIREITO E A AUDIÇÃO DA ANMP

O Governo, agora – e de novo – através do Ministério das Obras Públicas, voltou a desrespeitar a obrigação legal de consulta prévia da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente a todas as iniciativas legislativas respeitantes às autarquias locais.



De facto, confrontada, através da comunicação social, com a aprovação, em Conselho de Ministros, do diploma relativo ao regime de medidas preventivas na zona do campo de tiro de Alcochete onde se encontra prevista a construção do novo aeroporto de Lisboa, a ANMP constatava que, uma vez mais, não tinha sido dado cumprimento ao artigo 4º da lei 54/98, de 18 de Outubro, disposição que confere à ANMP o estatuto de parceiro, atribuindo-lhe, consequentemente, direitos de audição prévia.

De tal jeito, e em missiva endossada ao titular da pasta das Obras Públicas, a Associação solicitava o envio do projecto de diploma em causa, bem como - acrescentávamos - aquele relativo às áreas portuárias que, não obstante os diversos pedidos formulados, nunca nos foi remetido.

E de duas uma: ou se dá integral cumprimento à legislação em vigor, respeitando o Estado de Direito que caracteriza a nossa democracia, ou então que se tenha a coragem política para se revogarem leis que se julguem inconvenientes e que, assim, mais não servem do que para mascarar regimes ou para enganar os portugueses que não raro lêem ter sido ouvida a ANMP quando esta não teve tempo, sequer, de exprimir a sua opinião (de tão curtos os prazos), ou não se atenta, minimamente, nas suas posições.



SUMÁRIOS

MAIORIA SATISFEITA COM DESEMPENHO DOS AUTARCAS

Na data em que celebrava o Dia do Poder Local, a ANMP tornou público um estudo de opinião que, através de uma sondagem de âmbito nacional, revela que 67,5 por cento dos inquiridos “estão satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com o desempenho dos seus autarcas.

Págs 2

CONTADORES: TARIFA É PROPOSTA DO GOVERNO

As componentes do preço a cobrar pela disponibilização do serviço de água – tarifa de disponibilidade de abastecimento e tarifa de utilização do serviço – estão inscritas na proposta do Governo, entregue à ANMP pelo Secretário de Estado da Defesa do Consumidor.

Pág. 3



EUROSONDAGEM

MAIORIA AFIRMA-SE SATISFEITA COM DESEMPENHO DOS AUTARCAS



02_

Na data em que celebrava o Dia do Poder Local, a ANMP tornou público um estudo de opinião que, através de uma sondagem de âmbito nacional, percepciona a actividade do Poder Local e a forma como os portugueses vêem os seus Municípios e os autarcas que elegem.

Abarcando um significativo número de 1510 entrevistas validadas, os resultados, como o relevava o Presidente da ANMP, deixam-nos, naturalmente, “muito orgulhosos” já que a grande maioria dos portugueses - cerca de 70% - afirmam, substantivamente, que o Poder Local tem efectiva qualidade.

Na certeza de que a sondagem - apenas um outro entre os diversos estudos que a Associação promove - não é um fim em si mesma, mas apenas uma ferramenta para fazermos mais e melhor em favor dos cidadãos, importa, da sua leitura, efectivamente lisonjeira para a acção dos autarcas, retirar ensinamentos que nos permitam optimizar os aspectos onde as populações dizem não ter ainda os seus problemas capazmente resolvidos.

O trabalho da Eurosondagem revela que 67,5 por cento dos inquiridos “estão satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com o desempenho dos autarcas, enquanto 7,3 por cento dos entrevistados respondeu estar “nada satisfeito” e 19,9 por cento “pouco satisfeitos”.

Do universo, muito significativo, dos entrevistados, 42,1 por cento consideram que o Estado devia atribuir mais competências às autarquias - em reconhecimento de que desempenhamos bem as responsabilidades que nos estão atribuídas -, sendo que apenas 8,3 por cento defende que deviam ser atribuídas mais verbas ao Governo.

Em relação à qualidade dos serviços prestados pelas Câmaras Municipais, 53,1 por cento dos inquiridos mostram-se “satisfeitos”, enquanto 36,3 por cento dizem “estar pouco” ou “nada satisfeitos”.

Em relação às áreas consideradas mais importantes para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida do Município, as respostas mais assinaladas são o trânsito, a segurança, a acção social e a educação, sendo de notar que só a primeira é competência municipal, enquanto na educação temos responsabilidades apenas nos edifícios do 1º ciclo e transportes escolares, e na acção social, o apoio que prestamos, é meramente supletivo. Na cultura e no desporto, as áreas menos referenciadas, julga-se que os baixos valores se devem ao facto dos problemas estarem generalizadamente resolvidos.

Na definição do que mais releva para uma maior eficiência e qualidade dos serviços municipais, as respostas, sempre do mais para o menos importante, variam, quanto à transparência, entre os 22,9% e os 32,6%; rapidez, 26,1 e 19,2%; eficiência, 27,1 e 17,9%; e rigor, 23,8 e 30,4%.

Preocupante, enfim, o facto de só 53 por cento afirmarem que participam sempre nos actos eleitorais autárquicos, realidade que, entretanto, como damos nota nesta edição, nos levou a promover o programa “Cidadania Activa”

O estudo abrangeu todas as regiões do País, tendo sido inquiridos 741 homens e 769 mulheres, com 18 anos ou mais, entre 11 e 15 de Fevereiro. O erro máximo da amostra é de 2,52 por cento, para um grau de probabilidade de 95 por cento.

A QUESTÃO DOS CONTADORES

DISPONIBILIDADE DE ABASTECIMENTO

TARIFA É PROPOSTA DO GOVERNO



“Os tarifários de abastecimento de águas compreendem uma tarifa de disponibilidade de abastecimento, destinada a remunerar a disponibilidade do serviço, e uma tarifa de utilização do serviço de abastecimento, destinada a remunerar a intensidade da utilização que dele é feita”.

Esta, na íntegra, a letra do nº. 1 do artigo 15 da Proposta enviada ao representante da ANMP no Conselho Nacional de Defesa do Consumidor pelo Secretário de Estado da Defesa do Consumidor onde, definitivamente, se inscrevem – de sua autoria e não nossa – as componentes do preço a cobrar pela disponibilização do serviço de água.

Acabando, de uma vez por todas, com reiteradas falácias a que a generalidade da comunicação social tem dado cobertura, é assim falsa a disparatada acusação de que os Municípios se preparam para criar taxas alternativas ao aluguer dos contadores. Pela simples razão de que essas alternativas estão previstas na própria proposta governamental.

Entretanto, importa relevar que também o isento Instituto Regulador de Água e Resíduos sustenta que, para além “das componentes indexadas ao volume de água consumido”, os tarifários “devem integrar tarifas fixas pelo facto de a rede e os equipamentos públicos estarem disponíveis”.

E se não, como cumprir a Lei das Finanças Locais e a Lei da Água que obrigam a um equilíbrio entre as despesas e as receitas?

Se perdemos uma parte da receita, como a vamos compensar para harmonizar as exigências legais que nos obrigam? Ou será que o Governo se propõe reduzir o IVA da água, ou baixar o preço do seu fornecimento, que é feito, em quase todas as Câmaras, por uma empresa do Estado?

Esta é, pois, e assim, uma lei demagógica; uma lei contra o ambiente porque obriga à facturação mensal, que implica a emissão de mais facturas, com utilização de mais papel; uma lei injusta porque as segundas ou terceiras habitações (30% dos fogos) só pagarão os consumos, ficando os custos de fornecimento para todos os outros que têm de saldar, todos os meses, o que aqueles não pagam.

DIA DO PODER LOCAL

Efeméride de grande significado para a instituição municipal, assinalou-se em 20 de Maio o Dia do Poder Local, data que comemora, também, a fundação da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Nascida do Congresso fundador que decorreu no ano de 1984 na Figueira da Foz, a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local, e ao longo da sua história tem vindo a empenhar-se na defesa intransigente dos valores fundamentais do Municipalismo.

Do trabalho quotidianamente empreendido pelo Poder Local Democrático têm-se alcançado relevantes resultados que contribuíram inquestionavelmente para o desenvolvimento do País, para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos portugueses, e para o reforço da coesão nacional.

Orgulhosos pela obra realizada, continuaremos – acompanhados pelos portugueses que nos elegem – empenhados nessa tarefa enorme e permanentemente renovada de bem respondermos aos justos anseios das populações, às cada mais exigentes demandas de renovação e modernização do Poder Local, única via para alcançarmos o Portugal dinâmico, progressivo e equitativo por que pugnamos.



VILAMOURA, 17 E 18

SEMINÁRIO SOBRE O USO E GESTÃO EFICIENTE DA ÁGUA

A ANMP vai realizar nos próximos dias 17 e 18 de Junho, em Vilamoura, no Algarve, um Seminário sobre o Uso e Gestão Eficiente da Água, iniciativa do maior interesse pelo marcante do tema na actividade municipal, também pela sua relevância na vida dos portugueses.

Mas a iniciativa ganha ainda contornos de especial importância quando sabemos que ela acontece num momento crucial da gestão autárquica, tendo em linha de conta não só os problemas de ordem ambiental como, também, os novos quadros legal e financeiro que se perspectivam e que influenciarão, em muito, a gestão local de serviços públicos essenciais, no caso os serviços de água.

O Seminário – que tem inscrições abertas no site www.anmp.pt – insere-se no quadro da celebração, por parte dos Municípios portugueses, do Ano Internacional do Planeta Terra – 2008, e reitera, assim decididos a proteger o sistema climático para as gerações actuais e futuras, a motivação autárquica para a causa do ambiente

A participação nos trabalhos é justamente considerada da maior proficuidade para a vida municipal, e a iniciativa contará, a par com dirigentes políticos, com a participação de especialistas relevantes nesta área, como se constata através do programa integral que a seguir se edita

04_

TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2008	QUARTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2008
14H00 - Recepção dos participantes 14H30 - SESSÃO DE ABERTURA - Sebastião Seruca Emídio, Presidente da Câmara Municipal de Loulé - Fernando Ruas, Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses - Francisco Nunes Correia, Sua Excelência o Ministro do Ambiente 15H30 - PAINEL I: USO EFICIENTE DE ÁGUA COORDENADOR: Fernando Campos, Vice-Presidente do Conselho Directivo da ANMP MODERADOR: Rui Godinho, Vogal do Conselho de Administração da EPAL TEMA 1: O PLANO NACIONAL PARA O USO EFICIENTE DE ÁGUA INTERVENÇÕES: - Adérito Mendes, Instituto da Água, IP - Maria do Céu Almeida, Laboratório Nacional de Engenharia Civil - Luís Bolhão Martins, Vice-Presidente da Confederação dos Agricultores Portugueses - António Almeida Henriques, Vice-Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa - Jorge Caetano, Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM 17H00 - Debate 17H30 - Pausa para café 17H45 - TEMA 2: MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA UMA NOVA CULTURA DA ÁGUA INTERVENÇÕES: - Francisco Ferreira, Vice-Presidente da Quercus - Carlos Bragança, Professor da Universidade do Algarve - José Macário Correia, Presidente da Câmara Municipal de Tavira 18H30 - Debate 19H00 - Final do primeiro dia de trabalhos 20H30 - Jantar oferecido pela Câmara Municipal de Loulé no Mercado Municipal de Loulé	09H00 - PAINEL II: GESTÃO EFICIENTE DE ÁGUA COORDENADOR: Rui Solheiro, Vice-Presidente do Conselho Directivo da ANMP MODERADOR: Ricardo Magalhães TEMA 3: MODELOS DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA. PEAASAR II E QREN INTERVENÇÕES: - Rui Godinho, Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas - João de Quinhones Levy, Presidente da Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente - Pedro Serra, Presidente do Conselho de Administração das Águas de Portugal - Orlando Borges, Presidente do Instituto da Água, IP - António Paiva, Vogal Executivo da Comissão Directiva do POR Centro 10H30 - Debate 11H30 - Pausa para café 11H45 - TEMA 4: A REGULAÇÃO E A DEFESA DOS CONSUMIDORES INTERVENÇÕES: - Ana Cristina Tapadinhas, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - Aníbal Santos, Professor de Economia da Regulação e Concorrência na Universidade Católica Portuguesa - Jaime Melo Baptista, Presidente do Instituto Regulador de Águas e Resíduos 12H30 - Debate 13H00 - CONFERÊNCIA: MODELOS INTERNACIONAIS DE GESTÃO DE ÁGUA CONFERENCISTAS: - João Fidalgo, Presidente do Conselho de Administração da EPAL - Mário Melo Rocha, Advogado 13H30 - Encerramento dos trabalhos

CIDADANIA ACTIVA IMPLICA A COOPERAÇÃO DE TODAS AS AUTARQUIAS

Na procura de uma inversão desse fenómeno preocupante que é o afastamento dos cidadãos de uma participação activa na vida política e social da sua comunidade e do País, a ANMP está a promover o Projecto “Cidadania Activa”, iniciativa que, em substância, visa contribuir para a melhoria da vida democrática.

Para além de acções que podem ser localmente assumidas por cada um dos Municípios – e que, sabe-se, poderão ter sido já entretanto adoptadas por muitos em favor do aprofundamento da participação e da descentralização – a ANMP deliberou promover a divulgação, a nível nacional, de suportes da campanha, medida que necessita, imperiosamente, da colaboração, indispensável, das autarquias.

Nesta conformidade, foram endossados aos nossos Associados diversos materiais de difusão, designadamente uma Carta aos Municípios (volante), explicativa do conceito “Cidadania Activa”, que solicitamos seja incluída no correio normal do Município, eventualmente nas facturas da água.

Selos autocolantes, com a imagem geral da campanha, para serem apostos pelos diversos serviços nas correspondências camarárias, e cartazes para serem afixados em locais que o Município entenda vantajosos para a divulgação da iniciativa, foram outros materiais enviados.

Seguros da importância desta iniciativa, a ANMP apela à habitual boa cooperação das Câmaras, colaboração que é, aliás, apanágio dos nossos Associados.



**FAÇA A SUA VOZ OUVIR-SE
NAS DECISÕES DO SEU
MUNICÍPIO.**

**SEJA RESPONSÁVEL.
A VOZ DE CADA UM CONTA.**

DIGA, SEMPRE, O QUE
TEM A DIZER. PARTICIPE.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

PR: OS JOVENS E A POLÍTICA

A Presidência da República promoveu o Encontro “Os Jovens e a Política”, iniciativa onde o nosso Programa “Cidadania Activa” – que visa, recorde-se, fomentar a participação dos cidadãos na vida política e social, assim contribuindo para a melhoria da vida democrática – pode ser enquadrado como um dos instrumentos preconizados para se alcançar tão relevante desiderato.

Nas suas conclusões, a iniciativa do Presidente da República privilegia, enquanto recomendações às autarquias – e de tanto damos assim nota –, a promoção de um plano de acção estratégico a nível local, envolvendo as várias instituições locais, desde clubes desportivos, associações de carácter recreativo e cultural, até aos próprios organismos do Poder Local, entre outras, no sentido de estimular o interesse dos jovens pela política e pelo exercício da cidadania.

Por outro lado, defende-se a dinamização dos orçamentos participativos e o envolvimento dos jovens nos processos de decisão e promoção da co-gestão.

Por fim, as conclusões do Encontro “Os Jovens e a Política” recomendam a criação de mecanismos que facilitem o acesso à informação por parte dos jovens, nomeadamente com base nas novas tecnologias, por forma a que sejam superadas as dificuldades de acesso à informação, assim se estimulando a participação.

PAULA SANCHEZ (DN) VENCEU PRÉMIO DE JORNALISMO ANMP



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**



PRÉMIO DE JORNALISMO MUNICÍPIOS PORTUGUESES

A jornalista Paula Sanchez, do Diário de Notícias, venceu o Prémio de Jornalismo ANMP 2008, com o trabalho “Câmaras atraem pessoas com subsídios e vantagens”, peça editada naquele jornal em 26 de Março do ano passado e que mereceu a unanimidade do júri.

Os jurados consideraram que aquele trabalho jornalístico “ilustra uma nova realidade instalada um pouco por todo o país – a das autarquias que, de norte a sul, criam mecanismos, condições e atractivos para chamar aos seus territórios desertificados famílias, profissionais e empreendedores capazes de contribuir para inverter a fuga para os centros urbanos”.

Por outro lado, destacaram, ainda, a “profundidade com que a reportagem foi realizada, tendo a jornalista tido a preocupação de auscultar técnicos e conhecer casos semelhantes noutros países europeus”.

Entretanto, também por unanimidade, o júri decidiu atribuir menções honrosas à jornalista Carla Castelo, da SIC, pela sua reportagem os “Desalojados de Camarate”, integrada no programa “Perdidos e Achados”, e ainda à jornalista Miriam Alves, também da SIC, pela reportagem “O Balneário”.

Em relação ao trabalho apresentado por Carla Castelo, o júri salientou o facto de se tratar de uma “reportagem que retrata um caso social dramático que marcou a vida de um concelho da periferia da capital, destacando o papel fulcral que o a autarquia assumiu na resolução do problema, bem como as implicações ao nível da organização política local”.

Quanto ao trabalho apresentado por Miriam Alves, o júri destacou “a qualidade técnica da reportagem e, sobretudo, a abordagem de um tema sensível como o da exclusão social através de uma observação quase documental, e até cinematográfica, de um microcosmos no centro do qual está uma estrutura ligada à autarquia”.

Os Prémios de Jornalismo ANMP – Municípios Portugueses, cuja primeira edição decorreu no passado ano, visam distinguir os melhores trabalhos editados, em cada ano, em todo o universo dos media – Imprensa, Rádio, Televisão e Internet – sobre o Poder Local, a gestão autárquica e as dinâmicas da gestão autárquica que contribuem para o bem-estar das populações e desenvolvimento de Portugal.

Instituídos pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, em estreita colaboração com o Clube de Jornalistas, está prevista a atribuição do Prémio e de duas Menções Honrosas, sendo que o júri é constituído por três jornalistas indicados por aquele Clube e um representante da ANMP, este sem direito a voto.

O Prémio é constituído por um Troféu evocativo, um valor pecuniário de 7500 (sete mil e quinhentos euros), um computador portátil, e uma estadia para duas pessoas, duas noites, numa Pousada de Portugal; e as Menções Honrosas incluem um Troféu evocativo, um computador portátil, e uma estadia para duas pessoas, duas noites, numa Pousada de Portugal.

SEDE DA ANMP É EXEMPLO AUDITORIAS ENERGÉTICAS AOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

A ANMP tem em curso, como é do conhecimento generalizado, uma campanha nacional de auditorias energéticas aos edifícios municipais – numa primeira fase os Paços de Município e a sede da Associação – que tem por objectivo conhecer a actual situação energética e, a partir dela, promover a melhoria da eficiência e a utilização racional de energia.

Nesse sentido, a ANMP e a EDP ratificaram um protocolo de cooperação que, no quadro do serviço público da Energias de Portugal, e reconhecendo que as suas competências técnicas lhe permitem promover serviços de eficácia energética – desde o diagnóstico à auditoria até à implementação de projectos e soluções –, irá, desejavelmente, abranger o universo dos edifícios públicos municipais.



Uma equipa técnica da EDP esteve na sede da ANMP, em Coimbra, onde procedeu a uma ampla recolha de informação e de medições tendo em vista o estabelecimento do quadro actual e a identificação das possibilidades reais de economia de energia, sempre na procura da identificação de oportunidades de melhoria do desempenho energético da instalação.

Depois de concluída a intervenção no local, os auditores organizam e tratam a informação recolhida, para, em relatório final, com indicação dos valores de investimento, se proceder a uma análise da situação energética da instalação, as situações encontradas, medições efectuadas, determinação de consumos específicos e sua comparação com valores de referência, identificação das anomalias e proposta das medidas de conservação mais convenientes para anular ou diminuir essas limitações.

08_

Os Municípios, com certeza empenhados nesta causa, e seguindo o exemplo da sua Associação, podem consultar o protocolo e procedimentos em www.anmp.pt



RELATÓRIO E CONTAS DE 2007 COM PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO FISCAL DA ANMP

O Conselho Fiscal da ANMP, reunido em Coimbra, apreciou o Relatório e Contas de 2007, tendo emitido, face aos “cuidados identificados na gestão”, parecer favorável.

Para aquele órgão, “os documentos em análise permitem constatar uma coerente afectação de recursos em quadro que possibilitou, no ano de 2007, alcançar rácios de solvibilidade e liquidez elevados bem como um resultado operacional positivo”.

As rubricas constantes do referido relatório de contas foram detalhadamente analisadas e, nesse âmbito, sublinha o Conselho Fiscal, “foi igualmente examinada a evolução dos principais agregados de receita e despesa bem como outros elementos informativos relevantes para a apreciação da situação financeira e patrimonial da Associação”.

Da análise dos mesmos “ressalta uma preocupação por parte do Conselho Directivo da ANMP em prosseguir os fins de defesa, afirmação, unidade e dignificação do Poder Local”, aliada a um “empenho na utilização dos recursos financeiros próprios de forma eficiente e racional, assegurada por uma gestão pautada pelo rigor e pela transparência”.



_09

*Para a
Limpeza e Embelezamento
da sua Autarquia.*

SANDRI
SIEG
VENERI SPA
P.F.G.
FARMTRAC
FARMI

AGRICORTES
Ambiente
www.agricortes.com

E-mail comercial@agricortes.com Telef. 244 819 110/2/4 Fax. 244 819 111/3

LEGIFERANDO

Portaria n.º 286/2008, D.R. n.º 72, Série I de 2008-04-11
Altera a Portaria n.º 1211/2006, de 13 de Novembro, que regulamenta o Programa Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL).

Decreto-Lei n.º 68/2008, D.R. n.º 73, Série I de 2008-04-14
Estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).

Despacho n.º 11034/2008, D.R. n.º 75, Série II de 2008-04-16

Prorrogação apoio financeiro instalação e funcionamento gabinetes técnicos locais (GTL).

Portaria n.º 302/2008, D.R. n.º 77, Série I de 2008-04-18
Estabelece as normas de funcionamento da Comissão Nacional de Protecção Civil.

Decreto-Lei n.º 74/2008, D.R. n.º 79, Série I de 2008-04-22
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais.

Portaria n.º 327/2008, D.R. n.º 82, Série I de 2008-04-28
Aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, D.R. n.º 84, Série I de 2008-04-30

Procede à primeira alteração às Resoluções do Conselho de Ministros n.os 24/2008 e 25/2008, de 13 de Fevereiro, no sentido de clarificar o estatuto dos secretários técnicos das estruturas de missão dos programas operacionais e do Observatório do Quadro Referência Estratégico Nacional.

Despacho n.º 12872/2008, D.R. n.º 88, Série II de 2008-05-07

Despacho da criação da equipa de projecto POAT - FSE/QREN.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2008, D.R. n.º 89, Série I de 2008-05-08

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 155-A/2006, de 17 de Novembro, designando a estrutura de missão por ela criada para exercer, em acumulação e sem custos acrescidos, as funções de gestão a delegar pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Valorização do Território, no âmbito dos financiamentos do Fundo de Coesão para o domínio de intervenção Prevenção e Gestão de Riscos.

Lei n.º 21/2008, D.R. n.º 91, Série I de 2008-05-12
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

Lei n.º 22/2008, D.R. n.º 92, Série I de 2008-05-13
Lei do Sistema Estatístico Nacional.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, D.R. n.º 97, Série I de 2008-05-20

Aprova o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (2008-2015).

Portaria n.º 378/2008, D.R. n.º 100, Série I de 2008-05-26
Aprova os modelos de impresso destinado ao cadastro comercial dos feirantes e de cartão de feirante.

Despacho n.º 14439/2008, D.R. n.º 100, Série II de 2008-05-26

Fixação das normas de transição a observar no sistema de auditoria e controlo do QCA III

Despacho n.º 14440/2008, D.R. n.º 100, Série II de 2008-05-26

Nomeação dos secretários técnicos do Programa Operacional Regional do Alentejo QCA III

Despacho n.º 14441/2008, D.R. n.º 100, Série II de 2008-05-26

Fixação das regras de governação do QREN e dos PO.

Despacho n.º 14442/2008, D.R. n.º 100, Série II de 2008-05-26

AG novos PO - assumem atribuições, direitos e obrigações das AG dos PO sectoriais, regionais... Atribuições, direitos e obrigações das autoridades de gestão dos PO sectoriais, regionais e de assistência técnica do QCA III e das estruturas sectoriais do Fundo de Coesão II são assumidas pelas autoridades de gestão dos novos PO.

Despacho n.º 14443/2008, D.R. n.º 100, Série II de 2008-05-26

Competências do presidente da comissão directiva do PO Regional do Alentejo do QREN.

Despacho n.º 14444/2008, D.R. n.º 100, Série II de 2008-05-26

Nomeação dos secretários técnicos do Programa Operacional Regional do Centro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2008, D.R. n.º 101, Série I de 2008-05-27

Cria a estrutura de missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração (Lojas 2G).



PROGRAMA DE FORMAÇÃO SOBRE O **CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E PLATAFORMAS ELECTRÓNICAS DE CONTRATAÇÃO.**

Faça a sua inscrição
em www.academiavortal.pt
ou obtenha mais informações
através do email
info@academiavortal.pt
ou do telefone 707 20 27 12.

23 cursos a realizar
em todo o país, de Abril
a Dezembro.

Consulte o calendário de formações em:
www.academiavortal.pt

Orientação e coordenação:

- Prof. Luís Valadares Tavares
- Dr. Manuel Lopes Rocha
- Dr. Jorge Cruz Macara



Inclui os livros "A Contratação Pública Electrónica e o Guia dos Contratos Públicos" e "A Gestão das Aquisições Públicas: Guia de Aplicação do Código dos Contratos Públicos - Empreitadas, Bens e Serviços".



COM A COLABORAÇÃO ESPECIAL DO PLMJ



COM O APOIO DE



12_



Em Portugal desde 1972

JCDecaux

a vitrine do mundo